

Hugo Leonardo Pádua Mercês nasceu no agreste da Bahia, na cidade de Faria de Santana. Emigrou para a Amazônia aos oito de idade e desde então mora no Pará. Terminou seus estudos no Ensino Fundamental Escola Estadual Almirante Renato Guillobel. Concluiu seu Ensino Médio como bolsista no Colégio Titular e graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, há mais de 11 (onze) anos, tem militância consolidada na área dos Direitos Humanos e Direito da Antidiscriminação na Amazônia.

Além da militância na Advocacia, é co-autor do livro "A Destinação de Bens Apreendidos na Amazônia", publicado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em 2008. Sobre o mesmo tema, tem artigo publicado na Revista de Direito Ambiental – RDA, n. 55 – Jul – Set/2009, editada pela Thomson Reuters – Revista dos Tribunais.

Foi bolsista do Projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos: Conhecer para Acontecer”, vinculado ao Programa Educação em Direitos Humanos do Ministério da Educação. Participou da organização do Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos, na UEPA, que reuniu diversas autoridades estaduais, bem como a sociedade em geral, proporcionando amplo diálogo sobre a temática da educação em direitos humanos.

Participou de cursos de capacitação de professores do ensino básico da rede pública nas cidades de Marituba (em parceria com o Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP), Bujaru (em parceria com a Prefeitura), Paragominas, dentre outras, com um público de mais de 300 pessoas. Contribuiu na elaboração de uma cartilha sobre o tema, direcionada a professores do ensino básico, com tiragem inicial de 700 exemplares.

No Estado do Pará, atuou junto ao Legislativo Municipal, elaborando proposições e ajuizando ações em defesa de prerrogativas parlamentares dos mais diversos partidos políticos. Prestou serviços advocatícios ao Município de Bragança, assegurando a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à desigualdade social, tema que assume relevância, considerando que Bragança é, dentre os municípios com mais de 100 mil habitantes, o mais pobre.

Junto ao Poder Judiciário, atuou em todas as regiões do Brasil e nos tribunais superiores, atuando com habitualidade em demandas de interesse público e litigância estratégica, além de militância na defesa dos grupos em situação de vulnerabilidade, inclusive com o manejo de legislações internacionais.

Integrou o Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA) entre 2019 e 2021.

Em 2019, foi homenageado, por unanimidade, pela Câmara Municipal de Belém com o título de Cidadão de Belém.

Em 2020 foi professor voluntário do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Pará.

Em 2021 a Assembleia Legislativa do Estado do Pará aprovou, por unanimidade, seu nome para receber o título de Cidadão Honorífico do Pará.

Em 2022, recebeu o Diploma de Mérito Judiciário Dr. Elder Lisboa. Integrou, como representante da Advocacia, o Subcomitê da Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

Foi Procurador-geral Adjunto de Defesa das Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará e Chefe da Divisão da Procuradoria e Consultoria da Câmara Municipal de Belém.